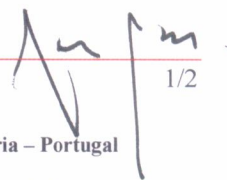


PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal da Batalha

Exmos. Senhores Deputados,

1. No cumprimento das normas legais (alínea e) do n.º 3 do art.º 48º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais, e para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 47º da mesma lei, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (individuais e consolidadas), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. No desempenho das nossas funções como auditores externos do Município da Batalha, realizámos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias. No mesmo período, mantivemos os contactos necessários com o Senhor Presidente da Autarquia, com o Diretor de Departamento Administração Geral e outros colaboradores para o esclarecimento de diversas questões.
3. O Município da Batalha preparou Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2011, tendo em consideração o n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro), as quais incluíram no perímetro de consolidação a Iserbatalha, E.E.M..
4. Confirmámos que o Mapa de Endividamento Líquido do município, em 31 de dezembro de 2011, está em conformidade com os registos contabilísticos, sendo o seu valor de 2.976.775 €, o que, comparativamente a 31 de dezembro de 2010, revela uma diminuição de 95.694 €.


1/2

5. O limite legal ao endividamento da autarquia para o ano de 2011 é de 3.072.469 €, de acordo com o artigo 53.º da Lei de Orçamento do Estado para 2011 (alterado pela Lei n.º 60-A/2011 de 30 de novembro). Comparativamente ao ano de 2010, o Município viu o seu limite de endividamento líquido reduzido drasticamente (em 2010 era de 8.275.362 €), em resultado das medidas de contenção orçamental do estado português. Assim, o limite de endividamento líquido para 2011 deixou de ser calculado com base na Lei 2/07, Art. 37º, n.º 1, sendo agora igual ao valor de endividamento líquido registado a 31 de dezembro de 2010, o que veio penalizar fortemente o Município da Batalha.
6. No seguimento dos trabalhos desenvolvidos é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras (Individuais e Consolidadas) explanam com clareza e suficiência a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Neste sentido, procedemos à emissão das certificações legais das contas (individuais e consolidadas), as quais passam a fazer parte integrante do presente parecer.
7. Verificámos a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Órgão Executivo no seu relatório a qual cumpre com os requisitos legais.
8. Nestas circunstâncias, o nosso parecer é no sentido de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Deputados.
9. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Executivo Municipal e a todos os colaboradores da autarquia com quem contactámos pelos contributos que prestaram para o desempenho das nossas funções.

Leiria, 29 de março de 2012

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614

